

A BOLÍVIA NA INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA DO SUL: INTER-RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS INDÍGENAS DE TERRAS BAIXAS, A IIRSA E O CONFLITO DO TIPNIS

Marta Cerqueira Melo¹
Aruanã Emiliano Martins Pinheiro Rosa²

RESUMO

Numa perspectiva latino-americana, o objetivo deste trabalho consiste em explorar as controvérsias em torno da implementação da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na Bolívia, especialmente a partir da integração rodoviária e do conflito, disparado em 2011, em torno do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS). Num esforço de melhor compreensão do processo político contemporâneo do país, acercamo-nos das lutas dos movimentos indígenas de terras baixas, para logo estabelecer conexões com o processo constituinte que teve efeito a partir de 2006. Nesses termos, o que se destacam são as contradições da promoção do desenvolvimento no país, reflexo mesmo do passado moderno/colonial que o situa economicamente como exportador de matérias-primas no sistema internacional, sob o signo do extrativismo. Este cenário se choca com as transformações pretendidas em matéria de desenvolvimento econômico ao longo do “*proceso de cambio*” conduzido pelos governos do presidente Evo Morales (2006-2019), revelando, assim, tensões e impasses para a materialização do “*vivir bien*”.

Palavras-chave: Integração Latino-Americana. Movimentos Sociais. Amazônia. Geopolítica dos Recursos Naturais.

RESUMEN

Con una mirada latinoamericana, el objetivo de este estudio es explorar las controversias que rodean la implementación de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) en Bolivia, desde la integración vial carretera y del conflicto desencadenado en 2011, alrededor del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS). En un esfuerzo por

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Mestra em Integração Contemporânea da América Latina na linha de pesquisa Economia Política Internacional e Blocos Regionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (2019). Bacharela em Humanidades com área de concentração em Estudos da Subjetividade e do Comportamento Humano pela Universidade Federal da Bahia (2015). Integrou o grupo Interculturalidades e América Latina, vinculado ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA) e o projeto Dinâmicas Sul-Sur, ligado ao Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO/UFBA). Os principais temas de pesquisa são: Integração latino-americana, América do Sul, Desenvolvimento, Território e Cultura. Foco no estudo da economia política da América Latina, em especial na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). E-mail: marta018@hotmail.com

² Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro. Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (Ciência Política e Relações Internacionais) pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos Sócio-Políticos e Internacionais da América do Sul (CESPI- América do Sul) nas linhas de pesquisa: Democracia e Desenvolvimento; Recursos Estratégicos, energia e Integração Regional. Membro da Associação Canadense de Estudos Latino-Americanos e do Caribe (ACELAC) 2017-2018 no Grupo de Estudos Indígenas. Graduado em Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Atuou como coordenador Logístico no Pampasul- UNIPAMPA-Simulações Internacionais, edição MERCOSUL. Atuou como bolsista do projeto Convivendo com a Diversidade 2ª Edição que tem como objetivo refletir, compreender e respeitar a diversidade humana em uma perspectiva inclusiva. Atuou como membro do Coletivo LivroElas, projeto voltado para busca da igualdade de gênero. Possui experiência em Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em democracia, cidadania e integração na América Latina. E-mail: aruana1333@gmail.com

mejor comprender el proceso político contemporáneo del país, abordamos las luchas de los movimientos indígenas de tierras bajas para luego establecer conexiones con el proceso constituyente iniciado en 2006. En estos términos, lo que se destaca son las contradicciones de la promoción de desarrollo en el país, reflejo del pasado moderno/colonial que lo cualifica económicamente como exportador de materias primas en el sistema internacional, bajo el signo del extractivismo. Este escenario se choca con las transformaciones previstas en materia de desarrollo económico a lo largo del proceso de cambio llevado a cabo por los gobiernos del presidente Evo Morales (2006-2019), revelando tensiones y encrucijadas para la materialización del "*vivir bien*".

Palabras-clave: Integración Latinoamericana. Movimientos Sociales. Amazonía. Geopolítica de los Recursos Naturales.

Submetido em: 11.02.2020

Aprovado em: 17.04.2020

INTRODUÇÃO

No começo da década de 1990, a América Latina vivenciou a implementação de diretrizes econômicas, políticas, sociais e culturais que primordialmente colocavam o Estado com uma atuação reduzida e criaram uma situação de vulnerabilidade geradora de crescentes conflitos entre governo e sociedades. Tais diretrizes, conhecidas como Consenso de Washington, estabeleciam que as liberalizações comerciais e as privatizações, aliadas ao viés mercadológico do neoliberalismo seria o instrumento necessário para os países da região superarem as crises das décadas passadas. A padronização econômica e política perseguida pelas ferramentas neoliberais desconsideravam as características domésticas dos países e criaram um ambiente de aumento das exclusões sociais, com elevadas taxas de pobreza e ausência de políticas sociais.

Criou-se uma situação insustentável e os pacotes de austeridade demonstravam insuficiência para responder às demandas de forças populares, que desejavam profundas transformações. No contexto Sul-Americano, iniciativas como o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, criado em 1991, e o Pacto Andino, criado em 1969 que se transformou na Comunidade Andina de Nações – CAN em 1996, se distanciaram de suas concepções originais, privilegiando a integração comercial em lugar da integração produtiva, bem como o regionalismo aberto em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção da região (SOUZA, 2012). No ano 2000, durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, convocada pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, na cidade de Brasília (FUNAG, 2005), é apresentada a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA, direcionada à provisão infraestrutural do subcontinente em matéria de

transportes, comunicação e energia, estruturada a partir do conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento – EID.

Do ponto de vista das lutas políticas institucionais em curso na região a partir deste período, tem-se um cenário onde a normatização do neoliberalismo “estabelece”, pois, as condições (e contradições) que fomentaram a aliança entre movimentos sociais e partidos políticos para competir e ganhar presidências de governos nacionais. Criava-se uma nova agenda política para a região, com a eleição de governantes que, a princípio, buscavam um sistema internacional menos desigual no cenário do pós-neoliberalismo da década de 1990 (SANAHUJA, 2010), dando lugar aí a um regionalismo pós-hegemônico (RIGIRROZZI & TUSSIE, 2012; RUIZ, 2016).

A integração regional se apresentava, então, como tarefa primordial para o alcance das projeções internacionais desejadas, na medida em que não somente as políticas sociais sofreram modificações, mas o próprio entendimento de política externa dos países – definida desse modo como arena estratégica para a promoção da integração e do desenvolvimento. Vitórias eleitorais como as de Hugo Chávez (Venezuela/1999), Lula da Silva (Brasil/2002), Nestor Kirchner (Argentina/2003), Tabaré Vázquez (Uruguai/2004), Evo Morales (Bolívia/2005), Rafael Correa (Equador/2006), Daniel Ortega (Nicarágua/2007) e Fernando Lugo (Paraguai/2008) colocaram a América Latina e a América do Sul, principalmente a partir dos anos 2000, no círculo da onda rosa latino-americana – na qual os governos buscavam o fortalecimento da integração para promover o desenvolvimento econômico de seus países (FUSER, 2017, p.117). No bojo, assim, do ciclo de lutas e fenômenos sociopolíticos que assinalaram na região, dentre outras coisas, estas vitórias eleitorais e o fracasso relativo do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, assiste-se à emergência destes governos progressistas (SANTOS, 2018), que abriram lugar para uma quarta onda da integração latino-americana (SOUZA, 2012).

Nesses termos, se nos anos 1990 o processo de integração regional sul-americana deu-se nos marcos do neoliberalismo, sob as prerrogativas do regionalismo aberto e da promoção do livre-comércio, baseado em vantagens comparativas estáticas (PADULA, 2011), num momento seguinte este processo – através das recorrentes crises econômicas e sociopolíticas que engendrou – inspirou, ele mesmo, a busca por caminhos mais profundos de integração. Exemplo disso é a concepção, neste período, de projetos alternativos de integração, como o são a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos –

CELAC, que simbolicamente afirma, esta última, o distanciamento da América Latina do pan-americanismo ou a tentativa de lhe estabelecer um contraponto crítico (SOUZA, 2012).

Ao mesmo tempo, este contexto propicia o surgimento de projetos com inovações políticas e culturais para a refundação de Estados, até então, inseridos dentro de um padrão civilizatório hegemônico ocidental. Equador e Bolívia a partir de 2006 e 2009, respectivamente, estabelecem novas constituições políticas, que inscrevem a interculturalidade e a plurinacionalidade no seio da construção de um Estado em processo de descolonização. Anos mais tarde, no entanto, a aliança entre movimentos sociais e governos progressistas na América do Sul como um todo se mostra enfraquecida, sobretudo em razão de conflitos em torno dos direitos autonômicos e da inclusão das demandas indígenas e das comunidades tradicionais no horizonte do desenvolvimento; do uso e gestão dos recursos naturais no modelo de desenvolvimento adotado por estes governos e a gestão dos recursos públicos, os escândalos de corrupção e as demandas da sociedade civil por transparência (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018)³. Os casos mais ilustrativos, nesse sentido, são os destes mesmos países em que, não obstante a adoção pelos governos de políticas neoextrativistas e as poucas ações no sentido de transformação do padrão exportador de especialização produtiva vigente na região desde os anos 1980 (OSÓRIO, 2012) e da inserção dependente destes na economia-mundo capitalista, há a incorporação nas novas Constituições políticas de ambos, em seus respectivos ciclos progressistas, dos direitos da “Mãe Terra” (LO BRUTTO & LÓPEZ, 2018).

No caso específico da Bolívia, as transformações levadas a cabo durante os governos Evo Morales, sob o lema do “*proceso de cambio*”, especialmente no seu aspecto econômico, estão assentadas em contradições que repercutiram em efeitos políticos imediatos, tanto no bojo do bloco sindical-camponês-indígena-popular, então, no poder – base do pacto de unidade que garantiu inicialmente a sua governabilidade – como também entre este e as antigas elites dominantes do país. Esta é a base em que se assentam os debates sobre o desenvolvimento no país, na qual se destacam ao menos duas perspectivas político-ideológicas:

De um lado está o argumento segundo o qual a intensificação do extrativismo, sob a governança do Estado e em associação com empresas privadas, é a única via

³ Outro fato importante que concorre para a crise dos governos progressistas na região, por certo, encontra-se na intervenção político-militar estadunidense, articulada pelas elites políticas de direita dos países latino-americanos, servindo-se, para tanto, de estruturas jurídicas, midiáticas e parlamentares. Fomentada por projetos como o Umbral (2006) no Paraguai e o Pontes (2009) no Brasil – este último o precursor mais imediato da Operação Lava Jato (2014) –, dita intervenção torna-se incontestável a partir dos documentos revelados pelos sites Wikileaks (2006) e *The Intercept Brasil* (2019) e, mais especificamente, com os golpes de Estado que têm efeito a partir de então, como nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

possível para se promover o desenvolvimento e a superação da pobreza. Segundo este argumento, os recursos auferidos com a exploração devem ser usados para financiar os investimentos na área social, sendo este o único meio técnico de que Bolívia dispõe para distribuir a riqueza material (LINERA, 2012). (...) A segunda posição é aquela em que se registram as críticas ao perfil desenvolvimentista assumido pelo governo e que identificam no neoextrativismo a reincidência de processos de concentração de renda e poder, aumento das desigualdades sociais e degradação ambiental, que não vão resultar em aumento do bem-estar para o conjunto da sociedade. Neste campo registram-se as narrativas e argumentos em favor dos direitos da mãe terra ou *Pachamama* e da defesa do “buen vivir” como alternativa ao desenvolvimento (SANTOS, 2014, p. 151-152).

Assim, na perspectiva da integração sul-americana e para melhor compreender o processo político boliviano contemporâneo, sobretudo a partir do ano 2000, na sua interface com a promoção do desenvolvimento e as lutas dos movimentos indígenas de terras baixas, destacamos neste artigo as controvérsias em torno da integração rodoviária e da implementação da IIRSA no país, especialmente a partir do conflito do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS, situado na região amazônica. Paraphrasing Martínez (2013), mais além das abordagens que comumente consideram Bolívia um país andino, 59% do território nacional é classificado pelo Instituto Nacional de Estatística do país enquanto terras baixas – subdivididas, por sua vez, nas regiões amazônica, oriental e *chaqueña*. Portanto, adverte a autora:

Bolivia es andina, amazónica, chaco-oriental. A partir de esta ubicación debemos tener presentes las “diferencias históricas, económicas, étnicas y políticas” (Diez, 2011:13) de las tres zonas geográficas que integran Bolivia, así como de las tres regiones que componen lo que comúnmente se conoce como tierras bajas, las cuales representan dos terceras partes del territorio y — en términos étnicos-poblacionales arrojados por el reciente censo 2012 — son habitadas por 34 pueblos indígenas (323.176 habitantes). Mientras que en la región amazónica se encuentran 17 de los 21 principales ríos con que cuenta Bolivia (Instituto Nacional de Estadística, 2013). Desde la época de las misiones jesuitas y franciscanas, la historia de los pueblos amazónicos y chaco-orientales ha estado marcada por el despojo de sus tierras y territorios en consonancia con la expoliación de los recursos naturales del país (MARTÍNEZ, 2013, p.1).

Nesta perspectiva, para responder aos questionamentos levantados, o artigo está estruturado de maneira a tratar, inicialmente, os aspectos do contexto regional que possibilitaram o desenvolvimento e criação de um Estado Plurinacional na Bolívia. No desenvolvimento do texto é discutida a maneira como este processo engendrou um novo cenário político de demandas e conflitos na região sul-americana. Em seguida, estabelece o TIPINS como cerne das complexidades que procuramos entender e verificar em torno da integração contemporânea na América do Sul, notadamente na integração rodoviária boliviana. Por fim, o eixo metodológico-conceitual se estruturou a partir do desenvolvimento

de uma pesquisa prévia e de entrevistas realizadas durante a dissertação de mestrado de uma das autoras⁴, além de revisão bibliográfica-documental.

1 CRISE DO NEOLIBERALISMO, NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO E MOVIMENTOS INDÍGENAS DAS TERRAS BAIXAS

A onda de mobilizações sociopolíticas, que tem efeito na Bolívia a partir dos anos 2000 colocou em cheque a institucionalidade neoliberal constituída no país a partir de 1985, dominado neste, então, pelo protagonismo sindical campesino-indígena e popular. A ausência de dinamização social após a aplicação das diretrizes políticas do Consenso de Washington e a crescente insatisfação popular com os direcionamentos governamentais em curso, aliadas a uma alta taxa de pobreza – que atingia 63,7% de pessoas nos anos 2000 no país (FAO, 2015), criou um cenário de constantes tensões e de uma governabilidade aí pouco fortalecida:

las reformas estructurales generaron una mayor concentración de la riqueza, de los ingresos y del consumo. Estos efectos se asocian cada vez más con la dinámica excluyente del mercado y una forma de intervención del Estado que deja por fuera a las demandas de los campesinos, los pequeños productores, los trabajadores del campo y las ciudades, a favor de los grupos de mayor poder económico (ESCOBAR DE PABÓN, 2003, p. 48).

Para León, Chávez & Crespo (2010), a ocorrência da Guerra da Água (2000), do Fevereiro Negro (2003), da Guerra do Gás (outubro de 2003) e do ciclo mobilizatório para as eleições entre 2004 e 2005, figuram como ao menos quatro dos mais significativos momentos de insurreição popular que contribuíram para a realização da Assembleia Constituinte de 2006. Schavelzon (2012) defende, nessa perspectiva, que outubro de 2003, com a ocorrência da Guerra do Gás – e a consequente fuga do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (“Goni”) para os Estados Unidos – foi o mais intenso ponto do avanço dos movimentos sociais nesse período no país, e do enfraquecimento da hegemonia neoliberal sustentada pelos partidos políticos desde 1985, até a chegada ao governo nacional do *Movimiento Al Socialismo* – MAS, com a eleição de Evo Morales em 2005. O então presidente chega ao governo em 18 de dezembro deste ano, eleito com a maior expressão de votos (54%) alcançada numa eleição nacional desde a redemocratização do país em 1982, vinculado ao MAS – expressão partidária do *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* – IPSP, partido político formado pelo sindicalismo campesino da Bolívia.

⁴ Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Integração Contemporânea da América Latina/UNILA (2019). Consultar: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5037>.

Desse impulso inicial dado pelos produtores de coca do trópico de Cochabamba – que a partir de 1997 começam a disputar eleições locais, organizados, sobretudo, a partir de sindicatos rurais, o partido passa a contar, a partir dos anos 2000, com o apoio dos setores sociais envolvidos com as mobilizações ocorridas no país neste período – com os quais compartilhava o interesse pela agenda de atualização constitucional a ser construída desde o Estado. Nesta direção, destaca-se o apoio de povos e comunidades indígenas campesinas que, para além da sindicalização, buscavam outras formas ancestrais de organização, como a dos *Ayllus* (forma de organização social andina baseada em princípios comunitários e de parentesco), nas terras altas; e o reconhecimento da *autonomia política e territorial*, nas terras baixas (SCHAVELZON, 2012).

Assim, no processo de convocatória e inauguração da Assembleia Constituinte em 2006, bem como na promulgação e início de implementação da Nova Constituição, em 2009, a participação de representantes desses povos, bem como, assessoras e assessores assumem um destacado papel. A forte participação indígena no processo constituinte refletia o acúmulo das marchas indígenas das terras baixas do Oriente do país a partir dos anos 1990, nas quais a Assembleia Constituinte já era reivindicada. As marchas marcam uma nova fase na arena política nacional boliviana, na qual os povos indígenas, com suas demandas por direitos territoriais e políticos, passam ao primeiro plano e aí permanecem, atuantes, até a refundação do Estado e depois dela. A convocação que fazem de uma Assembleia Constituinte, através do processo de articulação política que tem efeito no bojo desses processos, converte-se em consigna que é posteriormente adotada pelas organizações sociais das terras altas, e finalmente também pelo MAS – assumindo Evo Morales o caráter de primeiro presidente indígena do país, cuja força política também possibilita a efetiva alavancada do projeto Constituinte (*Ibid.*)⁵. Elas enriqueceram o horizonte político popular, pondo em relevo a diversidade e a complexidade do mundo indígena, para além das culturas aymara e quechua, predominantes nas terras altas, com as quais, até então, era mais diretamente identificado esse mundo no país (LEÓN; CHÁVEZ; CRESPO, 2010, p. 74).

⁵ Como destaca Ardaya (1998), o salto qualitativo adquirido nos anos 1990 por este movimento de resistência nas terras baixas bolivianas pode ser considerado o resultado de um acúmulo de experiências, especialmente a partir das formas de r-existência buscadas para enfrentar as expulsões que tiveram efeito com a expansão das fazendas de criação de gado no departamento do Beni, a partir de 1950. Como efeito desta expansão e das expulsões de que foram vítimas os povos indígenas da região (mais precisamente os povos mojeños trinitários), um lento e contínuo processo de organização foi tendo lugar – especialmente desde a cidade de Trinidad, na zona que ficou conhecida como “*Cabildo Indígenal de Trinidad*” - implicando, posteriormente, a articulação com organizações como a *Central de los Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonía de Bolivia* – CIDOB – Confederação, na contemporaneidade, criada em 1982 na cidade de Santa Cruz, afiliada à *Coordinadora Indígena de la Cuenca Amazónica* – COICA.

O direito à diferença e à autodeterminação indígenas alcançado na Bolívia através da reforma constitucional de 1994, o reconhecimento dos direitos indígenas no seu artigo nº 171 afirmando a multietnicidade e a pluriculturalidade do país –, assim como a *Ley INRA* de 1996, não chegaram nem perto de abalar a ordem de dominação vigente, especialmente na zona oriental. Estes instrumentos legais, se bem representaram avanços no histórico processo de reconhecimento da cidadania indígena, não lograram a criação de instâncias efetivas de participação social e nem incorporar visões de setores historicamente marginalizados dos espaços de tomada de decisão e definição das políticas, por meio dos métodos e procedimentos de administração e gestão social, econômica e cultural (*Ibid.*).

A proposta da Assembleia Constituinte de 2006 apresentava-se, portanto, salientam as autoras, como mecanismo deliberativo através do qual os povos indígenas poderiam assegurar a sua participação efetiva, com voz própria, na conformação de um Estado plurinacional e multiétnico, de modo que no dia 06 de agosto deste ano ela é finalmente iniciada, na cidade de Sucre, com o objetivo de definir a normativa para organizar e operacionalizar as deliberações para a escrita da Nova Constituição. A forma partidária ordinária de representação política, todavia, bloqueou outras formas de representação, como a baseada nos usos e costumes dos povos indígenas. Neste ambiente, pois, é que se conforma o Pacto de Unidade, uma primeira instância social a partir da qual se impulsionam as ações – que viabilizaram a Constituinte. Zona de tensionamento e negociação da sociedade mobilizada e organizada frente ao monopólio partidário da representação política na conformação da Assembleia, o Pacto de Unidade é conformado nos marcos de:

acciones de organizaciones como la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), la Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), la Federación Nacional de Mujeres Indígenas, Originarias y Campesinas “Bartolina Sisa” (FNMIOC-BS), la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), el Consejo Nacional de Markas y Ayllus del Qullasuyo (CONAMAQ), la Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), la Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEMB), la Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), el Movimiento de Trabajadores Campesinos Sin Tierra de Bolivia (MST-B) y la Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable (ANARESCAPYS) (LEÓN; CHÁVEZ; CRESPO, 2010, p. 83).

Foram então adicionadas pautas como o controle dos recursos naturais para o povo e demandas específicas indígenas, como a autonomia, a eliminação do latifúndio, direitos coletivos para os povos indígenas e controle dos seus territórios, representação direta no parlamento e o pluralismo jurídico (SCHAVELZON, 2012, p. 5). Todo este processo de negociação, disputa e construção que segue até a efetiva promulgação da Nova Constituição, decerto, conserva uma complexidade que ultrapassa o escopo deste trabalho. O que sim,

parece-nos fundamental destacar, nos marcos da atuação política dos povos e organizações indígenas de terras baixas da Bolívia na refundação do Estado, são os condicionantes da sua posterior ruptura com o Pacto de Unidade, então, estabelecido por ocasião da elaboração da Nova Constituição, e a conseqüente mudança de atitude frente ao MAS e ao bloco sindical-camponês-indígena-popular que o partido, então, representava. Esta ruptura é parte mesma dos limites e das contradições que, sobretudo a partir de 2010, emergem no bojo da implementação da Nova Constituição e do Estado Plurinacional.

Se durante a vigência do Pacto de Unidade o enfraquecimento da oposição inevitavelmente acaba ocorrendo – o que fica patente com a aprovação da Constituição apesar da resistência exercida pela “*Media Luna*”, em 2008 –, estes limites e contradições emergem do choque de interesses dos diversos sujeitos aglutinados no próprio Pacto, que se tornam num dado momento, inconciliáveis. Schavelzon (2012) aponta que são ambiguidades, contradições ou espaços estratégicos de indefinição, possibilitando a coexistência de formas normativas liberais, indígenas e inspiradas por diversos projetos políticos.

Já em 2010 estas tensões e contradições se abrem em conflitos quando, por exemplo, a CIDOB inicia a *VII Marcha Indígena “Por el territorio, las autonomías y los derechos de los pueblos indígenas”*. Mas é somente no segundo semestre de 2011 que a conflitividade latente se expressa com intensidade capaz de gerar a ruptura do Pacto conformado até então. Isso ocorre em razão da decisão do presidente Evo Morales de construir a rodovia *Villa Tunari – San Ignacio de Moxos* atravessando o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS, apoiando-se em argumentos ligados a provisão infraestrutural do país e de cumprimento à promessa feita às bases cocaleiras da região do Chapare. É neste momento, pois, que o discurso desenvolvimentista assume referentes objetivos mais concretos na realidade do país, lançando as bases para as críticas e rupturas dos setores sociais ligados à defesa dos direitos indígenas, dos direitos humanos, da *madre tierra* e da democracia.

2 O CONFLITO DO TIPNIS, A IIRSA E AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA BOLIVIANA

O TIPNIS, situado no bioma amazônico boliviano, compreende áreas nas províncias José Ballivián, Pedro Marbán e Mojos, no departamento do Beni e nas províncias de Ayopaya e Chapare, no departamento de Cochabamba. Segundo informações do *Viceministerio de Tierras* (2009), vivem aí aproximadamente 1.500 famílias, totalizando uma população

também aproximada de 7.000 habitantes⁶, organizadas em 64 comunidades. Diante da institucionalidade do Estado, ele goza das garantias e prerrogativas de dupla categoria: a de Parque Nacional, criado como tal em 22 de novembro de 1965 e de território indígena, reconhecido em 24 de setembro de 1990, como conquista e resultado direto da primeira grande marcha indígena protagonizada por esses povos no mesmo ano.

Este reconhecimento se deu no governo Jaime Paz Zamora que, ademais, reconhece os assentamentos de campesinxs colonizadorxs⁷ no interior do parque (determinando a criação de uma “linha vermelha” para evitar outros novos), e estabelece que todo e qualquer projeto a ser desenvolvido dentro dos seus limites (construção e obras de desenvolvimento, particularmente de estradas e poldutos) deveria contar, previamente, com estudo de impacto ambiental, bem como com a consulta e a participação da organização indígena da área⁸. Como consequência, a gestão do TIPNIS, legalmente, é baseada numa coadministração entre o *Servicio Nacional de Áreas Protegidas* – SERNAP e a Subcentral TIPNIS. O reconhecimento enquanto território indígena é iniciado em 25 de abril de 1997, no governo Gonzalo Sánchez de Lozada, mas só em fevereiro de 2009, já no governo do presidente Evo Morales Ayma, a titulação definitiva é realizada, estabelecendo para a TCO-TIPNIS uma superfície de 1.091.656 hectares, mediante a Resolução Suprema 230292 e o *Título Ejecutorial* TCO-NAL-000229⁹.

Do ponto de vista dos aspectos sócio-organizativos no interior do território, no entanto, existem três organizações: a Subcentral TIPNIS, que oficialmente representa a toda a área; a Subcentral Sécore, que representa a todas as comunidades ao longo deste rio (até San Vicente, com exceção das comunidades de Tres de Mayo e Coquinal); e o *Consejo Indígena del Sur* – CONISUR, organização que representa parte das comunidades da sub-região sul da

⁶ Ver: Viceministerio de Tierras – Unidad de Promoción Indígena y Campesina. Boletín n. 111. La Paz: 12 de junho de 2009.

⁷ Os gêneros feminino e masculino são socialmente construídos e reafirmados cotidianamente através de um complexo sistema de instituições sociais e sistemas simbólicos que mesclam qualidades e valores a eles associados, concorrendo para um conseqüente sistema de classificação social dos sujeitos em decorrência do seu devir na cultura e o quanto se aproximam e afastam daquilo que signifique “ser homem” ou “ser mulher” em cada contexto. A referência à socialização no contexto da questão de gênero dá-se, nestes termos, pois, fazendo referência ao processo de aprendizagem dos papéis sociais relativos a este campo de distinção e classificação social. Nesse sentido, adotamos a forma neutra ou genérica em lugar da falsa neutralidade do uso do masculino, sob a forma do “x”. Sem pretensão de incorrer num relativismo linguístico, e reconhecendo, ademais, que as palavras assim escritas não são passíveis de reprodução fonética, elas nos parecem expressivas o suficiente para avivar reflexões e debates acerca dos limites não apenas do binarismo de gênero (XAVIER, 2013), como também da gramática normativa ou da norma (dita) culta da língua portuguesa (BAGNO, 2009).

⁸ Decreto Supremo nº 22610. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-22610.xhtml>.

⁹ No ano de 2010, mediante o Decreto Supremo nº 727 assinado pelo presidente em exercício, Álvaro Marcelo García Linera, foi iniciado no país um trâmite administrativo de conversão da categoria “*Tierra Comunitaria de Origen* – TCO” em “*Territorio Indígena Originario Campesino* – TIOC”, nos marcos da Nova Constituição promulgada em 2009.

área (SURKIN, 2002) – junto com centrais e sindicatos colonos filiados à Federação de Colonizadores do Trópico de Cochabamba. A convivência entre indígenas e colonxs está atravessada, assim, por contradições em torno das formas organizativas e produtivas, além do sistema de propriedade da terra, bases do conflito interétnico disparado com a colonização e o estabelecimento de assentamentos na área. Segundo o resumo executivo de Avaliação Ambiental Estratégica:

El Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure, TIPNIS, actualmente es un espacio donde conviven dos modelos de desarrollo muy diferentes: el modelo indígena desarrollado en los actuales límites de la Tierra Comunitaria de Origen (TCO) (se han identificado al menos tres sistemas de vida) y el modelo colono desarrollado en el “Polígono 7” (sistema de vida colono) y que es, en definitiva, una continuidad de la colonización del trópico cochabambino iniciada varias décadas atrás y, en el caso específico de esta área en el año 1983 – 1987, como resultado de la sequía que se produjo en el país entre 1982 – 1983 Y posteriormente como resultado del proceso de relocalización de los mineros, luego del cierre de la COMIBOL (SERNAP, RUMBOL SRL, 2011, p. 4).

Ainda nesta direção, Paz (2011, p. 9) explica que:

En la lectura constitucional profundamente nacionalista de la época, las tierras de las tribus selvícolas en realidad formaban parte de lo que se consideraba tierra fiscal; es decir, tierra de dominio y propiedad del Estado. Así, éste podía decidir acerca de su destino. Uno de los grandes proyectos estatales implementados después de la revolución de 1952 fue justamente la marcha hacia el oriente boliviano (SORUCO, 2008), la ocupación de tierras en los llanos amazónicos y chaqueños de Bolivia que buscaba consolidar una agroindustria exportadora en la región de Santa Cruz (caña, algodón, girasol, soya) y, a su vez, implementar planes y programas de colonización a la región de los yungas por parte de sectores campesinos andinos ya que éstos iban a verse expuestos rápidamente a un proceso de parcelación y empobrecimiento de su economía campesina (LASERNA, 1987). El contingente de campesinos colonizadores a los yungas bolivianos estuvo conformado por quechuas y aymaras que buscaron expandir sus iniciativas agrarias en tierras bajas y el Chapare se convirtió en uno de los lugares de destino.

Desde a “*I Marcha por el Territorio y la Dignidad*” ocorrida entre agosto e setembro de 1990, onde estava em questão o reclame por terra e território, bem como a consolidação do já então Parque Nacional também como Território Indígena, os conflitos que atravessam o território vêm se atualizando e complexificando. Don Lucho, residente na comunidade de Santa María, no TIPNIS¹⁰, lembra que para esta 1ª Marcha foi decisivo o papel da liderança indígena Marcial Fabricano, quem atuou fortemente na mobilização das pessoas, convocando os corregedores (autoridades comunitárias) de cada comunidade para tanto.

¹⁰ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

O sr. Marcelino, também residente nesta comunidade¹¹, ressalta que é longa a história do TIPNIS, que já foi controlado por grandes proprietários de terra que comandavam um regime patronal em que as populações indígenas eram submetidas a trabalhos forçados, sob pena de açoite e outras formas de violência em caso de descumprimento de qualquer exigência que lhes era feita. Esta realidade se manteve até a Revolução de 1952 e a sua posterior conversão em Parque Nacional. Ademais, além das propriedades privadas e atividades extrativas que historicamente interferem na continuidade do território, afetando a acessibilidade aos recursos naturais, tem-se a institucionalização do conflito com colonizadores (e sindicatos) locais no interior do Território.

Somado a isso, tem-se, em 2007, o início de construção de uma estrada por parte de ditos colonizadores, com a previsão de atravessar o parque nacional e território indígena e o dividir em duas partes, intensificando aí a conflitividade. A estrada, em realidade, desde o ano de 2003, integra o projeto de criação de um Sistema Nacional de Rodovias, instituído no governo do presidente Hugo Banzer Suarez, mediante o Decreto Supremo nº 25134 de 21 de agosto de 1998. A sua incorporação ao projeto se dá na atualização por que passa no ano de 2003, no governo do então presidente Carlos Diego Mesa Gisbert, através do Decreto Supremo nº 26996 de 17 de abril. Em 2006 o projeto sofre novas modificações, sob a gestão do presidente Evo Morales, e passa à coordenação da então criada *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC). Torna-se parte, assim, do projeto de consolidação da *Red Vial Fundamental* do país, vetor do macro setor econômico-produtivo – um dos eixos estratégicos estruturantes do *Plan Nacional de Desarrollo (PND): Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien*¹².

Em 22 de agosto de 2009, orientado pelos objetivos e sentidos da integração regional, foi assinado, pelos presidentes Evo Morales Ayma e Luiz Inácio Lula da Silva, o protocolo de financiamento da obra pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil – aprovado em lei na Bolívia no dia 07 de maio de 2011¹³. A extensão da rodovia é de 306 quilômetros, dividida, esta, em três trechos: (1) *Villa Tunari – Isinuta*; (2)

¹¹ *Ibid.*

¹² PORTAL WORLD HEALTH ORGANIZATION. Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para vivir bien. Disponível em: <https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20-%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

¹³ PORTAL ITAMARATY. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de assinatura de atos, Chimoré, 22 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10820-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-assinatura-de-atos-chimore-22-de-agosto-de-2009>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

Isinuta – Monte Grande del Ampere; e (3) *Monte Grande del Ampere – San Ignacio de Moxo*¹⁴, para os quais os estudos de impactos ambientais (EIA) não foram concluídos, constando apenas os referentes aos trechos 1 e 2. O contrato posteriormente foi alvo de processo administrativo em razão de denúncia por parte da *Asociación de Ingenieros al Servicio de la Comunidad – Insercom*, de Cochabamba, que apontou inconsistência técnica e econômica no projeto¹⁵.

Do ponto de vista dos interesses geoestratégicos do Brasil plasmados nas obras de infraestrutura da IIRSA, com a consolidação dos corredores da *Red Vial* da Bolívia significarão a redução dos custos logísticos das exportações do país, sobretudo para o setor agroexportador das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste vinculados pelos projetos dos Eixos de Integração e Desenvolvimento – EIDs, Peru-Bolívia-Brasil e do Amazonas¹⁶. Este modelo de integração priorizado nacional e regionalmente tipifica a Bolívia enquanto país de trânsito¹⁷, rota de acesso aos portos do Chile e do Peru, suscitando a discussão no país – para o qual a infraestrutura se apresenta como tema tão caro – sobre os atravessamentos ideológicos da relação “estradas e desenvolvimento” que, desde as ferrovias implementadas no começo do século XX, tem sido aí sustentada por uma racionalidade geopolítico-militar, em profunda sintonia com a economia primário-exportadora, extrativista e agro-mineira¹⁸.

A IIRSA foi projetada no contexto em que praticamente todos os países latino-americanos haviam aderido às reformas estruturais orientadas pelo ideário neoliberal, e buscavam, nesta perspectiva, implementar um “novo regionalismo”, distinto, por suas formas e objetivos, daqueles que tiveram efeito na região desde as independências e, com mais intensidade, no pós-Segunda Guerra Mundial (BID, 2000; SOUZA, 2012). Ela dá lugar a um (re)ordenamento territorial formal da América do Sul, que possibilita que os bancos estabeleçam compartilhamentos e complementaridade operacionais em escala de intervenção supranacional, mas também sistêmica (SANTOS, 2014, p. 67). É composta por um total de 10 EIDs (do Amazonas, do Escudo Guianês, Interoceânico Central, Andino, Andino do Sul, Mercosul-Chile, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio, Peru-Bolívia-Brasil e do Sul)

¹⁴ PORTAL TIPNIS BOLIVIA. Proyecto carretero Villa Tunari – San Ignacio de Moxos. Administradora Boliviana de Carreteras, sem data. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/mdf-pres-abc-00723-0000.pdf>. Último acesso em 10 de janeiro de 2019.

¹⁵ PORTAL TIPNIS BOLIVIA. INSERCOM – Ingenieros al Servicio de la Comunidad Velando por el Desarrollo del País. Disponível em: <http://www.tipnisesvida.net/INCONSISTENCIA.pdf>. Último acesso em 09 de janeiro de 2019.

¹⁶ Mapa base das ferrovias da VALEC, disponível em: <http://www.valec.gov.br/images/ferrovias-mapas/mapa-principal/mapa-base.jpg>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

¹⁷ CARPIO, S. M. Corredor Norte: nación integrada o país de tránsito. FOBOMADE: La Paz, 2010.

¹⁸ NAVA, P. V. Geopolítica de las carreteras y el saqueo de los recursos naturales. CEDIB: Cochabamba, 2013.

que atravessam os 12 países da América do Sul, criando novas formas de organização e ocupação dos espaços territoriais nacionais, num cenário em que se encontram e entrecruzam diversos interesses econômicos e geopolíticos.

Embora tenha sido apresentada durante a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul nos anos 2000, a iniciativa foi relançada em agosto de 2003, no âmbito do *1º Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES – CAF*, ocorrido na sede do banco brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. Promovido pelo BNDES na figura do seu então presidente, o economista Carlos Lessa, “*com o objetivo de formular um Plano de Ação conjunto com a CAF (Corporación Andina de Fomento) para estruturar financiamentos de projetos de integração entre os países do continente sul-americano*” (BNDES, 2003) neste início do ciclo progressista brasileiro, o evento reafirma a IIRSA como principal iniciativa orientada à criação de infraestruturas físicas, energéticas e de comunicação no subcontinente, desta vez nos moldes de um Fórum Técnico para a facilitação do planejamento de infraestrutura para a conectividade da região, incorporada, a partir de 2011, ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN da UNASUL (IIRSA, 2018)¹⁹.

Para a Bolívia, no âmbito da IIRSA, são previstos 52 projetos, sendo o país atravessado por cinco EID's: Peru-Brasil-Bolívia, Andino, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central e Capricórnio (COSIPLAN, 2017). Deste total, três abrangem a região amazônica do país, seja tendo-a como área de influência (Andino), seja efetivamente com projetos nos territórios que a compõem (Interoceânico Central e Peru-Brasil-Bolívia). Este último EID reúne quase a totalidade dos projetos territorializados na Amazônia boliviana (13) e se apresenta em estreita relação com o do Amazonas (de maior abrangência da IIRSA, com 45% da superfície da América do Sul). Pela (inter)relação mantida entre os projetos destes dois Eixos, tem-se, inclusive, o tratamento de ambos a partir da noção de “Eixo Amazonas Ampliado” (CASTRO & PARIMBELLI, 2013). As obras neles previstas – apoiadas em

¹⁹ Vale enfatizar que mesmo esta concepção reformulada dos eixos da IIRSA não dá conta da complexidade atual relacionada à iniciativa, sobretudo ao seu processo de territorialização e às implicações sociopolíticas, culturais, econômicas e ambientais. A desinstitucionalização atual da iniciativa, a gestão/resolução dos conflitos, bem como o controle e a participação social em torno destes projetos e obras, entre outros, figuram como temas urgentes de tratamento devido. Muito embora extrapole o esforço analítico deste trabalho, vale mencionar ademais que este ambiente institucional é profundamente transformado a partir de 2017, sobretudo após o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016 e a ascensão de governos de centro-direita nas presidências dos países da região. Tem-se a conformação do Grupo de Lima (MRE, 2017), a suspensão, em 2018, da participação de seis (dos doze) países até então constituintes da UNASUL e, mais recentemente em 2019, a união de esforços destes na criação do PROSUL – Foro para o Progresso da América do Sul (MRE, 2019). Estas transformações institucionais reafirmam a IIRSA enquanto mero conjunto articulado de corredores de exportação de bens primários – que não são o mesmo que eixos de integração e desenvolvimento.

outras, como o projeto nacional da Bolívia de consolidação da *Red Vial Fundamental*²⁰ – consolidará regionalmente um corredor transoceânico multimodal mais ao norte, conectando os oceanos Atlântico e Pacífico.

O modo como a IIRSA se apresenta na Bolívia, portanto, corrobora com a perspectiva que a situa como um caso bastante característico para se considerar os discursos e as práticas geopolíticas sul-americanas, bem como seus processos de territorialização. Deriva disso certa visão do país no contexto geopolítico e geoeconômico da América do Sul, que passa, em linhas gerais, por tomá-lo (1) como um “país tampão”, por suas características fisiográficas excepcionais, comprimido entre as pretensões da Argentina e do Brasil; (2) como região estratégica a ser controlada, a partir da teoria do *triângulo estratégico boliviano*, formulada pelo brasileiro Mario Travassos na primeira metade do século XX; e/ou (3) como zona estratégica e rica em recursos, ponto capital para a integração das diversas regiões da América do Sul (PFRIMER, 2011). Nesse sentido, tanto os discursos quanto as políticas territoriais bolivianas contemporâneas situam o país como área de contato, “vocacionado”, portanto, à integração sul-americana (MOYANO, QUINTELA & MURILLO, 2018).

Seguindo por esta perspectiva, com a liberação do financiamento do BNDES e a autorização da construção da rodovia *Villa Tunari-San Ignacio de Moxos* através da lei nº 112 em maio de 2011, tem início um largo e intenso processo de resistência por parte das populações indígenas da TCO-TIPNIS, apoiada por diversas organizações indígenas do país – além de personalidades e instituições nacionais e internacionais ligadas à defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e da democracia –, num conflito que se encontra aberto até a atualidade²¹. Em julho de 2011 a IV Comissão Nacional da CIDOB fez a convocatória para a VIII Marcha Indígena “*Por la defensa del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas*”, que teve início na cidade de Trinidad no dia 15 de agosto deste ano, chegando à cidade de La Paz em 19 de outubro – somando-se a ela também, entre outras, a principal organização indígena de terras altas, o CONAMAQ. Foram 602 km percorridos, numa marcha que durou pouco mais de dois meses (GUZMÁN, 2012)²².

²⁰ Ver: ABC, 2018.

²¹ O financiamento do BNDES à referida obra na Bolívia foi alvo de forte polêmica e denúncias na Bolívia e no Brasil. Em razão disso, o financiamento foi efetivamente cancelado, apresentando o banco um “Extrato do distrato ao contrato de colaboração financeira mediante desconto de títulos de crédito nº 10.2.1999.1, celebrado entre o BNDES e o Estado Plurinacional da Bolívia com a interveniência da Construtora OAS Ltda. e da Administradora Boliviana de Carreteras”.

²² Em torno desta 8ª marcha, uma série de fatos tiveram efeito, gerando sérias implicações para o governo nacional. Ainda a caminho de La Paz, entre a tarde do dia 25 e a madrugada do dia 26 de setembro, houve uma

Forte disputa legislativa se estabelece a partir de então, com a chegada da Marcha a La Paz e a apresentação da sua plataforma de 16 pontos ao governo nacional²³. Desde então, tem-se a promulgação e a revogação de diversas leis no país sobre o tema do TIPNIS e da construção da rodovia *Villa Tunari – San Ignacio de Moxos*, tudo isso em função das correlações de força que se estabelecem e o peso político que adquirem em cada momento, chegando este processo até a contemporaneidade. Desde o ponto de vista da oficialidade do Estado, o principal argumento econômico justificador da rodovia está relacionado ao setor externo, de exportações e de comércio do país. Segundo explica Wilde Camacho Salazar, chefe de gestão e projetos do Vice-ministério de Transporte, coordenador nacional da Bolívia na IIRSA-COSIPLAN²⁴, do ponto de vista da criação de infraestrutura e da promoção da integração rodoviária, está em vias de construção e consolidação aquilo que seria a “coluna vertebral” do país, responsável por integrar internamente a Bolívia e externamente esta a outros países.

Trata-se da criação de uma rede vial de integração bioceânica, como uma espécie de “canal do Panamá do século XXI” que, a seu ver, favorecerá a integração comercial sul-americana. Neste sentido, salienta o então representante da Bolívia na IIRSA, a rodovia atravessando o TIPNIS resulta ser de vital importância para o comércio interior e exterior do país. Integrando as cadeias produtivas dos departamentos de Beni e Cochabamba, contribuindo, ademais, com os setores mais dinâmicos da economia exportadora boliviana na contemporaneidade, concentrados no oriente do país (especialmente nos eixos em torno da cidade de Santa Cruz – com os produtos agrícolas dos *valles* orientais; e os mercados com o Brasil, sustentado pela região dos *llanos* –, e da cidade de Trinidad com o departamento de Pando).

Frente ao questionamento a respeito do tratamento, por parte do governo, da questão em torno da legislação ambiental que permeia o conflito (uma vez que se trata o TIPNIS, de

intervenção policial no acampamento onde se encontravam xs marchistas, nas imediações da cidade de San Borja (Chaparina), que dela se estabeleceu enquanto marco, pelo terror e pela violência empregadas. O objetivo da intervenção era impedir que a marcha chegasse à cidade de La Paz, para o que foi realizado um ataque com gás lacrimogêneo ao acampamento – oportunidade na qual as principais lideranças da marcha foram detidas e cerca de 240 pessoas foram levadas em ônibus sem placas de controle, primeiro para a cidade de San Borja, daí a Yucumo e depois à cidade Rurrenabaque, onde seriam transportadas em aviões a um destino que, após haverem passado horas cativas dentro do ônibus, não lograram saber qual era.

²³ PORTAL SERVINDI. Plataforma de demandas de la VIII Gran Marcha Indígena por la defensa del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure TIPNIS, por los territorios, la vida, dignidad y los derechos de los pueblos indígenas del oriente, chaco y amazonia boliviana. CIDOB: Santa Cruz de la Sierra, 2011. Disponível em: <<http://www.servindi.org/pdf/16-demandas-de-la-marcha-en-defensa-del-TIPNIS2.pdf>>. Último acesso em 11 de janeiro de 2019.

²⁴ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

uma Área Protegida – Parque Nacional e Território Indígena), Salazar afirma que, do ponto de vista da dimensão técnica, não há alternativa viável de construção da rodovia, sem que se dê o previsto atravessamento. A proposta alternativa elaborada pelo *Colegio de Ingenieros de Cochabamba*, segundo aponta, é inviável por apresentar uma rota muito mais extensa, comprometendo a função básica, dentro das muitas funções que possui uma rodovia, que é, numa estratégia econômico-produtiva, fazer com que o passageiro chegue ao menor tempo possível ao seu destino.

O que se pretende, portanto, é a realização de uma construção com impactos mínimos, prevendo-se, para tanto, modificações e melhorias no projeto, que deveria então ser executado até 2025 – agenda que o governo do MAS pretendia executar, por meio da eleição de Evo Morales para o seu quarto mandato consecutivo²⁵. Nesse sentido, a suspensão da intangibilidade do Parque concorreria para a correção dos prejuízos enfrentados pelas pessoas residentes, no que concerne à oferta de serviços básicos, permitindo a construção de infraestrutura para o escoamento de produção nacional e internacional, com danos mínimos ao meio ambiente. Com o fim da participação brasileira no projeto, há uma reconfiguração destes projetos em matéria de financiamento, figurando a Corporação Andina de Fomento – CAF e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como os maiores aportadores de recursos. Tem-se também a maior presença dos contratos com a China: trata-se de negócios que oferecem, segundo aponta, oportunidades de financiamento com maiores facilidades, melhores condições e tempos.

O projeto da estrada, no entanto, é polêmico e, como lembra Silvia Molina, pesquisadora do *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA), não nasce no governo Evo²⁶. Neste governo, no entanto, é quando mais avança, sobretudo após a visita do presidente Lula ao país em 2009, prevendo-se, com a estrada, o atravessamento da zona núcleo da área protegida. Trata-se, desse modo, de interesses regionais, locais e internacionais em torno da construção, vinculando dois grandes eixos da IIRSA – interoceânico central e Peru-Brasil-Bolívia – que se dirigem ao norte amazônico. Ou seja, ainda que não esteja, de fato, na carteira de projetos da IIRSA, a rodovia figura como uma espécie de projeto âncora, consolidando a vinculação do eixo interoceânico central com as savanas do Beni, bem como com a zona de controle de chuvas, de manejo de bacias

²⁵ Esta possibilidade se mostrou inviável dada a atual crise política que atravessa o país, que culminou com a deposição do presidente Evo em 2019.

²⁶ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

hidrográficas, onde se encontra importante aquífero do país e, por isso mesmo, uma área protegida.

Esta situação coloca em foco duas questões principais: por um lado, todo o tema das estradas e das políticas de transporte no país – inauguradas, estas últimas, no governo Sánchez de Lozada (1993-1997), sob o lema “*cambio para todos*”, onde se define, segundo aponta a pesquisadora, a Bolívia como país de trânsito e provedor energético para a região²⁷ – e, por outro, todo o tema ambiental que atravessa a construção da rodovia, evidenciando um dos aspectos centrais do conflito que, nas palavras de Patricia Molina, diretora geral do *Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo* (FOBOMADE), se estabelece entre o déficit de conexões e a conservação de ecossistemas no país²⁸.

Ainda do ponto de vista das vias e caminhos na Bolívia, Pablo Villegas Nava, pesquisador do *Centro de Documentación e Información Bolivia* (CEDIB)²⁹ destaca a relação que mantêm com os sistemas e ciclos econômico-comerciais do país, num processo de integração que se baseia na conformação de um setor de transporte que é disparada em razão de dois tratados de guerra, assinados com o Brasil (1903) e com o Chile (1904). Mesmo sob estas condições, a criação destas vias foi promovida como projetos para o desenvolvimento do país, subsidiadas, inicialmente, por capitais ingleses (controlando as ferrovias e trens) e posteriormente estadunidenses (com o controle das rodovias e da abertura de caminhos). Desde então, os diversos modais de transporte na Bolívia estariam estruturados como coluna vertebral de sistemas econômicos específicos, sendo a IIRSA atualmente, para o pesquisador, a coluna vertebral do neoliberalismo na região.

Mais especificamente em relação à estrada sobre o TIPNIS, aproximando-nos, desse modo, do segundo aspecto, relativo às suas implicações ambientais, o professor da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA) e ex-Viceministro de *Ciencia y Tecnología* da Bolívia (2006-2007), Roger Carvajal Saravia, indica que toda estrada que atravessa uma floresta implica em desmatamento – fato já comprovado na Bolívia, segundo aponta, com o surgimento das chamadas “espinhas de peixe”, como aconteceu, por exemplo, com a região do Chapare³⁰. Se é verdade que ao lado das rodovias se estabelecem outros caminhos e este processo contribui para o desmatamento, isso tenderá a se estender desta região limítrofe para

²⁷ “*Plan General de Desarrollo Económico y Social de la República: El Cambio para Todos*”, construído no primeiro governo Gonzalo Sánchez de Lozada, quando a Bolívia é convertida em “país de trânsito” da América do Sul e centro de distribuição de gás e outros energéticos (MOLINA, 2005, p. 61-62).

²⁸ Entrevista concedida em janeiro de 2018 no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o do conflito em torno do TIPNIS. Consultar: (MELO, 2019).

²⁹ *Ibid.*

³⁰ *Ibid.*

o TIPNIS. Se a floresta desaparece, dando lugar a monocultivos ou pastos, este ciclo é igualmente interrompido, comprometendo as águas que provêm o altiplano, o TIPNIS e possivelmente também a região do Parque Nacional Madidi (Rurrenabaque).

Além disso, o desmatamento e a transformação espacial implicam em desestruturação dos modos de vida, das identidades étnicas e, conseqüentemente, dos conhecimentos ancestrais então disponíveis. Este processo teria um agravante, que está relacionado ao fato de que boa parte da riqueza aí gerada não fica no país, dado que os setores são hegemonicamente comandados por estrangeirxs. Este horizonte estratégico de desenvolvimento vai em direção oposta ao que então foi proposto no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado em 2006, quando o presidente Evo Morales assume o poder. Conforme destaca o ex-Viceministro, assim, a superação do extrativismo passaria pelo desenvolvimento da indústria de transformação no país, baseada no uso sustentável da biodiversidade, num processo que fosse capaz de gerar riqueza, mas que também permitisse ao Estado retribuir aos que deram o conhecimento; àquels que historicamente contribuem para a conservação das florestas, sem que isso significasse a aculturação ou a expulsão destes de seus territórios, mas sim que pudessem melhorar, no que quisessem, os seus modos de vida, sem que tivessem violentadas ou negadas as suas identidades.

Desde esta perspectiva de desenvolvimento, baseada no valor estratégico da biodiversidade, dos conhecimentos ancestrais e nas formas sustentáveis de produção em sintonia com os tempos e formas de regeneração da natureza na floresta, o argumento que justifica a suspensão da intangibilidade do TIPNIS não se sustenta³¹. Ou seja, há compatibilidade entre os princípios de conservação previstos nas legislações ambientais que estruturam o sistema nacional de áreas protegidas (SNAP) e o respeito aos modos de vida locais e dos usos tradicionais do território – como se pode avaliar a partir do desenvolvimento do Plano de Manejo da área, sobretudo com a produção cacaeira e de aproveitamento do couro de jacaré³². Com a promulgação da lei de intangibilidade estabeleceu-se limites às atividades produtivas preexistentes e já consolidadas no território, como destaca Silvia Molina, a decisão do governo de suspendê-la em 2017 concorreu para a legitimação de ações prévias que já vinham sendo implementadas na direção da construção da estrada.

³¹ Ver: Anteproyecto de Ley de Declaratoria de Intangibilidad y Protección del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS). PL-754/2011-2012. Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia, Cámara de Diputados, 2011.

³² PORTAL TIPNIS BOLIVIA. Plan de Manejo Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore. Disponível em: <<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/ges-plan-sernap-00120-2004.pdf>>. Último acesso em 04 de maio de 2019.

Ela afirma que, quando muitos achavam que a IIRSA não seria uma experiência de sucesso, nos últimos anos observa-se que a iniciativa avançou de modo expressivo, especialmente em função da liderança exercida pelo Brasil. Se com o enfraquecimento dos governos progressistas a iniciativa se viu institucionalmente debilitada, tem-se novos atores surgindo, como é o caso dos capitais chineses. Ela argumenta que, mesmo neste momento crítico, onde se promove o enfraquecimento da institucionalidade do Estado, de flexibilização e supressão de normas ambientais e sociais; de transformação e redução das normas trabalhistas, este processo de integração infraestrutural não parou. E completa: este processo de crescimento da direita radical nos países da região em geral, trouxe desafios consideráveis que se estenderam para as organizações sociais e acadêmicas, envolvidas fortemente em processos políticos complexos, estes outros processos econômicos (de dominação e transformação dos territórios) seguem avançando sem que para eles tenhamos logrado encontrar respostas efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração regional como alternativa e instrumento de fortalecimento estratégico dos países da região, principalmente no período pós-anos 2000, com a IIRSA, vem se desdobrando em frentes como transporte, comunicações e energia. A região amazônica abriga variada rede de projetos que se situa como campo de contradições e conflitos para governos, como o da Bolívia. A construção de megaprojetos vias rodoviários, aliados ao contexto da IIRSA, contribui para a consolidação deste país como país de trânsito na América do Sul, caracterizando o aprofundamento de conflitos socioterritoriais na região, profundamente ligados aos antagonismos que ainda se verificam entre a ótica nacional desenvolvimentista e as filosofias ancestrais de populações habitantes em territórios tradicionais, como o TIPNIS.

Neste sentido é importante situar que o fim do colonialismo formal e os processos de independência do século XIX, não representaram a efetiva desvinculação política, econômica, social e cultural de países do centro do capitalismo global. O colonialismo, com novas ferramentas e significados, transita para a colonialidade global (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Portanto, desde o enfoque que aqui adotamos, percebe-se que o capitalismo global vem ressignificando os processos de exclusão (*Ibidem*, 2005).

Se, por um lado, a implementação de uma Nova Constituição a partir de 2009 e os vetores correspondentes às demandas históricas das populações indígenas se apresentaram como uma mudança fundamental para a sociedade boliviana, com a melhora nos índices de alfabetização e acesso a direitos fundamentais como serviços básicos de água potável³³; em outro extremo, é perceptível que os conflitos entre o projeto desenvolvimentista do governo de Morales (2006-2019) e determinados setores populacionais, nomeadamente populações indígenas de terras baixas e o caso emblemático do TIPNIS, colocam a dissidência entre os princípios da filosofia indígena do *Vivir Bien* (estabelecidos constitucionalmente), e os programas e megaprojetos de infraestruturas estabelecidos no país por meio da IIRSA e do planejamento estatal.

Pensar a IIRSA, nessa acepção na medida em que a iniciativa se vai consolidando enquanto mero conjunto de corredores de exportação de bens primários, à margem de uma institucionalidade efetivamente capaz de atenuar os seus impactos como um mecanismo de perpetuação de um sistema de padrão de poder global, ao apontar para planos de desenvolvimento e os megaprojetos que atravessam territórios indígenas e de comunidades ancestrais, confirma os conflitos com a filosofia do *Vivir Bien* e a dependência dos países latino-americanos na economia-mundo capitalista.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORA BOLIVIANA DE CARRETERAS (ABC). **Red Vial Fundamental 2018**. PORTAL ABC: Bolívia, 2018. Disponível em: http://www.abc.gob.bo/wp-content/uploads/2018/08/mapa_abc_2018_web.pdf. Último acesso em 13 de junho de 2019.

ARDAYA, Z. L. **La búsqueda de la Loma Santa y la marcha indígena por el territorio y la dignidad**. APCOB – CIDDEBENI – OXFAM América: Santa Cruz de la Sierra, 1998. Disponível em: <https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/11/aca-lib-lehm-00770-1999.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

BAGNO, M. **Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro**. Parábola editorial: São Paulo, 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. Novembro, 2000.

³³ Ver *Instituto Nacional de Estadística*: <http://wd.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-economicas/servicios-basicos/#1559000614062-ed9a91b8-2288>.

Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/14942/un-nuevo-impulso-la-integracion-de-la-infraestructura-regional-en-america-del-sur>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019;

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES).

Informe n. 173, agosto, 2003. Disponível em:

<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5802/1/Informe%20BNDES%2C%20n.%20173%2C%20ago.%202003.pdf>. Último acesso em 04 de janeiro de 2020.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas.** CLACSO: Buenos Aires, 2005.

CASTRO, J. V.; PARIMBELLI, M. **Ejes de Integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado.** Abril, 2013. Disponível em:

http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_ama_zonas_ampliado.pdf. Último acesso em 15 de janeiro de 2019.

COSIPLAN. **Cartera de proyectos 2017.** Foro Técnico IIRSA; Comitê de Coordenação Técnica: Buenos Aires, 2017. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>. Último acesso em 24 de agosto de 2019.

ESCOBAR DE PABÓN, S. *Demandas ignoradas, políticas anti-campesinas. Ajuste y liberalización, las causas del conflicto social.* In: CLACSO. **Observatorio Social de América Latina (OSAL).** Ano IV, n. 12, set-dez, Buenos Aires, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110226121755/5d1escobar.pdf>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

GUZMÁN, G. **La marcha.** Editorial Gente Común: Bolívia, 2012. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bolivien/10439.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019;

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **América do Sul. Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.** FUNAG: Brasília, 2005.

Disponível em:

http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?route=product/product&path=62&product_id=454&sort=p.price&order=ASC. Último acesso em 15 de julho de 2019.

INCIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA). **Ejes de Integración y Desarrollo.** [?2018]. Disponível em:

<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=68>. Último acesso em 28 de dezembro de 2018.

LEÓN, P. C.; CHÁVEZ, D. M.; CRESPO, P. U. *Una década de movimientos sociales en Bolivia.* In: **Observatorio Social de América Latina (OSAL).** Ano XI, n. 28, nov.

CLACSO: Buenos Aires, 2010. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120511024709/osal28.pdf>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

LO BRUTTO, G.; LÓPEZ, L. A. *Cuando el destino nos alcanza. La relación entre movimientos sociales y gobiernos latinoamericanos de izquierda*. Tla-Melaua, revista de **Ciencias Sociales**. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. **Nueva Época**, ano 11, n. 43, outubro 2017-março 2018, pp. 156-177. Disponível em: <http://www.apps.buap.mx/ojs3/index.php/tlamelaua/article/view/399/401>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

MARTÍNEZ, P. **Bolivia frente a la IIRSA-COSIPLAN ¿Entre el extractivismo y la integración?** CLACSO: Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131016053606/Informe.pdf>. Último acesso em 03 de janeiro de 2020.

MELO, M. C. **Dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil**. (2019). Dissertação de Mestrado. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5037>. Último acesso em 14 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 259 – Declaração de Lima**. PORTAL DO ITAMARATY: Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17073-declaracao-de-lima>. Último acesso em 03 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Nota 73 – Declaração presidencial sobre a renovação e o fortalecimento da integração da América do Sul**. Santiago, 22 de março de 2019. PORTAL DO ITAMARATY: Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20203-declaracao-presidencial-sobre-a-renovacao-e-o-fortalecimento-da-integracao-da-america-do-sul-santiago-22-de-marco-de-2019>. Último acesso em 06 de agosto de 2019.

MOLINA, S. *El rol de Bolivia en la integración de la infraestructura sudamericana*. In: **Geopolítica de los recursos naturales y acuerdos comerciales en Sudamerica**. FOBOMADE: La Paz, 2005. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/Geopolitica_Bolivia.pdf. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

MOYANO, B. de M.; QUINTELA, H. I. M.; MURILLO, M. C. M. *Bolivia: estrategias viales hacia un “país de contactos”*. **Revista Transporte y Territorio**. Buenos Aires, n. 18, p. 202-221, 2018. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/4934>. Último acesso em 22 de dezembro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, FAO. **Panorama de la inseguridad alimentaria en América Latina y el Caribe (2015)**. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4636s.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OSÓRIO, J. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PADULA, R. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA**. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://leal-ufrrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018.

PAZ, S. La marcha indígena del “TIPNIS” en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de América del Sur. **Revista GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 07-36, Niterói, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13623>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

PFRIMER, M. H. Heartland Sul-Americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, pp. 131 - 144, 2011. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74192/77835. Último acesso em 10 de agosto de 2018.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. In: _____ (Eds.). **The Rise of post-hegemonic regionalism: the case of Latin America**. United Nations University; Springer: Londres; Nova Iorque, 2012.

RUIZ, J. B. Projeção, fragmentação e justaposição de processos. Regionalismo pós-hegemônico, retorno do regionalismo aberto: a atualidade do regionalismo na América Latina e no Caribe. **Revista Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 13. n.1, p. 16-21, nov. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/P.1809-6182.2016v13n1p16>. Último acesso em 03 de agosto de 2019.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. In: **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301699581_Regionalismo_postliberal_y_multilateralismo_en_Sudamerica_El_caso_de_UNASUR. Acesso em: 15 dez. 2019.

SANTOS, A. D. dos. **A integração da infraestrutura regional sul-americana e as dinâmicas do sistema-mundo capitalista: análise comparada das relações entre governos e bancos de desenvolvimento no Brasil, Peru e Bolívia**. 2014. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, F. L. B. dos. **Uma história da onda progressista sul-americana**. Elefante: São Paulo, 2018.

SCHAVELZON, S. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia. Etnografía de una Asamblea Constituyente**. CLACSO; IWGIA; CEJIS: La Paz, 2012. Disponível em: <http://vml029.epm.br/handle/11600/10255>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

SERNAP; RUMBOL srl. **Evaluación Ambiental Estratégica del TIPNIS – EAE – 2011. (Resumo Ejecutivo)**. Disponível em:

<https://tipnisboliviaorg.files.wordpress.com/2018/10/est-eae-sernap-00105-2011.pdf>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

SOUZA, N. A. de. América Latina: as ondas da integração. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2012, p. 87-126. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>. Último acesso em 22 de setembro de 2018.

SURKIN, J. B. **Caracterización Técnica de Aspectos Históricos, Culturales, Socioeconómicos, Organizativos y de Gestión del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS)**. GTZ; MAPZA: La Paz, 2002. Disponível em: <https://www.bivica.org/file/view/id/485>. Último acesso em 05 de maio de 2019.

VALENÇA, D. A. **Disjuntivas do processo de cambio: o avanço das classes subalternas, as contradições do Estado Plurinacional da Bolívia e o horizonte do socialismo comunitário**. 2017. Tese de Doutorado. Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

XAVIER, L. *O x da questão*. **Revista Geni**, On-line, n. 4, set. 2013. Disponível em: <https://revistageni.org/10/o-x-da-questao/>. Último acesso em 02 de março de 2020.